

# EDUCAÇÃO PERMANENTE E SUA INSERÇÃO NO TRABALHO DA ENFERMAGEM

Simone Coelho Amestoy\*  
Viviane Marten Milbrath\*\*  
Maria Elisabeth Cestari\*\*\*  
Maira Buss Thofehrn\*\*\*\*

---

## RESUMO

Em fevereiro de 2004, conforme a Portaria 198/GM/MS, o Ministério da Saúde implantou a Política Nacional de Educação Permanente, com a finalidade de formar e capacitar profissionais da saúde para atenderem às reais necessidades populacionais, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde. Neste estudo propomos uma reflexão crítica sobre sua utilização nas instituições hospitalares. A educação permanente é entendida como um processo educativo, o qual possibilita o surgimento de um espaço para pensar e fazer no trabalho, destacando-se o papel fundamental das instituições de saúde no desenvolvimento permanente das capacidades dos trabalhadores, contribuindo para o bem-estar social. Também, pode ser compreendida como uma ação que possibilita ao indivíduo maior capacidade de atuar no mundo do trabalho, como ser que constrói e destrói, norteado por valores políticos, culturais e éticos. Assim, acreditamos na necessidade da criação e adoção de políticas públicas educativas que contribuam positivamente para a promoção da saúde, colaborando para o trabalho em equipe entre professores, alunos, profissionais, gestores e comunidade, com vistas ao bem-estar individual e coletivo.

**Palavras-chave:** Política de Saúde. Educação Continuada em Enfermagem. Instituições de Saúde.

---

## INTRODUÇÃO

A prática educativa em saúde engloba as atividades de educação em saúde destinadas à ampliação das capacidades dos indivíduos para o autocuidado e as atividades de educação permanente voltadas à formação contínua dos profissionais de saúde<sup>(1)</sup>.

Na educação em saúde, os profissionais de enfermagem, ao exercerem o papel de educadores, necessitam incorporar uma linguagem acessível e clara em seu dia-a-dia, buscando uma melhor compreensão dos usuários e o respeito e consideração às suas experiências de vida<sup>(2)</sup>.

Já a educação permanente é entendida como um processo educativo, porque possibilita o surgimento de um espaço para pensar e fazer no trabalho, destacando-se o papel fundamental das instituições de saúde no desenvolvimento permanente das capacidades dos trabalhadores, o qual contribui para o bem-estar social. Também pode ser compreendida como uma ação que

possibilita ao indivíduo maior capacidade de atuar dentro do mundo do trabalho, como ser que constrói e destrói norteado por valores políticos, culturais e éticos<sup>(3)</sup>.

Nesta reflexão daremos ênfase à educação permanente, que tem como objetivo o aprimoramento profissional. Desta forma, objetivamos apresentar a Política Nacional de Educação Permanente, bem como estimular uma reflexão crítica sobre sua utilização nas instituições hospitalares, fundamentada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

## Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

A Política Nacional de Educação Permanente fundamenta-se em experiências bem-sucedidas desenvolvidas por profissionais que assumiram posições de destaque no Ministério da Saúde, os quais tinham como objetivo disponibilizar um projeto educacional que atendessem às

---

\* Enfermeira. Mestranda em Enfermagem da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

\*\* Enfermeira. Mestranda em Enfermagem da FURG.

\*\*\* Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora da FURG.

\*\*\*\* Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal de Pelotas.

necessidades do SUS na busca por sua consolidação e qualificação, uma vez que esta última somente se tornará realidade através da educação profissional<sup>(4)</sup>.

Desta forma, em fevereiro de 2004 foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente, através da Portaria 198/GM/MS, com a finalidade de formar e capacitar profissionais da saúde para atenderem às reais necessidades da população, conforme os princípios do SUS. A formação é entendida como um processo contínuo que ocorre no transcorrer da vida e não se reduz a um curto espaço de tempo, ou seja, à duração de um curso, e é vinculada tanto ao desenvolvimento profissional como ao crescimento pessoal<sup>(5)</sup>. Já a capacitação refere-se à habilidade que as pessoas devem possuir para serem formadas e reformadas de maneira mais adequada, de acordo com as exigências tecnológicas, organizacionais e de mercado<sup>(6)</sup>.

A Política Nacional de Educação Permanente consiste em uma proposta que visa à transformação do trabalho na área da saúde, estimulando a atuação crítica, reflexiva, comprometida e tecnicamente eficiente, o respeito às características regionais e às necessidades específicas de formação dos trabalhadores. Para que isto ocorra efetivamente, torna-se necessário descentralizar e disseminar a capacidade pedagógica entre os trabalhadores, gestores e serviços e possibilitar também a participação social<sup>(7-8)</sup>. Sendo assim, a educação permanente é compreendida como a ação de práticas que informam e recriam a teoria, e conseqüentemente recriam a própria prática<sup>(9)</sup>. Com o intuito de alcançar o objetivo proposto por esta política foram criados pólos de educação permanente, os quais se comprometem socialmente nos níveis local, regional e interinstitucional, utilizando a dinâmica da roda de gestão.

Cada pólo de educação permanente é responsável por um determinado território, não podendo haver nenhum município sem referência a um pólo. Os Pólos de Educação Permanente, que recebem financiamento e apoio técnico do Ministério da Saúde, têm a responsabilidade de identificar as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde, incentivar a formação de

gestores a fim de obter maior integração na rede de atenção, propor políticas e estabelecer negociações nos níveis interinstitucional e intersetorial orientadas pelos princípios do SUS, e também estimular a criação de políticas com vistas à formação e desenvolvimento dos docentes<sup>(10)</sup>.

O pólo funciona sob a atuação de um colegiado de gestão, composto por todas as instituições que aderiram à proposta, com o objetivo de assegurar a participação e a transparência nas decisões, que são tomadas em consenso. Cabe ao Ministério da Saúde o abono, a cooperação técnica e a alocação de recursos financeiros aos projetos criados pelos Pólos de Educação Permanente pactuados no colegiado de gestão de cada pólo e aprovados no Conselho Estadual de Saúde. A distribuição dos recursos financeiros a cada Pólo dependerá do número de equipes de Saúde da Família, da população total dos municípios de gestão plena, do número de conselheiros e de unidades básicas de saúde e da concentração de cursos da área<sup>(10)</sup>.

Esta política conta com o apoio de diversos setores e instituições, tais como: gestores estaduais e municipais de saúde, instituições e hospitais de ensino, trabalhadores e estudantes da área, conselhos municipais e estaduais e movimentos sociais. Com vista a possibilitar um processo de comunicação efetivo, no qual todos os integrantes participem igualmente, é utilizada a dinâmica da roda, rompendo-se com a hegemonia da verticalidade<sup>(10)</sup>.

A educação permanente em saúde atua conforme o quadrilátero da formação criado por Ceccim, o qual é composto pela interação entre os segmentos da formação, da atenção, da gestão e do controle social em saúde, objetivando-se, através desta aliança, valorizar as características locais e a capacidade de crítica, bem como estabelecer a aprendizagem significativa, a auto-análise e autogestão<sup>(11)</sup>. A seguir destacamos os principais objetivos de cada componente do quadrilátero.

A formação visa à modificação da educação tradicional, centrada no professor e na transmissão, por uma educação interacionista e de problematização; a atenção busca construir novas práticas de saúde, considerando os princípios da integralidade, da equidade e da humanização; a gestão tem a função de

disponibilizar redes de atenção que assegurem a resolutividade das necessidades individuais e coletivas, considerando a avaliação e satisfação dos usuários; e o controle social deve apoiar as lutas a favor da saúde pública.

A pedagogia da problematização teve início nos movimentos de educação popular ocorridos entre os anos 50 e 60, os quais foram interrompidos pela ditadura militar, e teve sua abordagem retomada no final dos anos 70. Caracteriza-se por ser uma educação em que os alunos e professores são influenciados pela realidade e também a influenciam. É considerada a mais adequada prática educativa em saúde<sup>(1)</sup>.

O quadrilátero da formação é um dispositivo interessante para conectar processos até o momento pensados de maneira individualizada<sup>(12)</sup>. Todo processo que esteja vinculado à educação permanente tem o poder de originar nos profissionais e no seu cotidiano transformações da sua prática<sup>(13)</sup>.

Nesta proposta a educação permanente engloba a educação formal, ou seja, os cursos de atualização, especialização, mestrado e doutorado, bem como as atividades educativas desenvolvidas no ambiente de trabalho com o intuito de proporcionar o crescimento profissional. Ainda consideramos inserida neste contexto a educação informal, compreendida como o intercâmbio de conhecimentos realizado entre os profissionais integrantes da equipe, os estudantes e docentes.

A preparação de profissionais e estudantes de acordo com os princípios do SUS visa romper com a atual organização do trabalho desempenhado nos serviços de saúde, pois esse trabalho tem sido realizado de forma fragmentada, ou seja, a saúde coletiva separada da clínica, a gestão separada da atenção, e assim por diante. Cresce a necessidade de adotar práticas educativas que se constituam em ferramentas que permitam uma análise das experiências locais, da organização de ações em rede, da formação, da pós-graduação, da qualificação dos docentes, das modificações na gestão e atenção à saúde e, por fim, o fortalecimento da participação da população<sup>(7)</sup>.

Desta maneira, as ações educativas devem ser revistas para se tornar possível sua incorporação na prática e elas serem utilizadas também pelos profissionais e estudantes, levando a uma

interligação entre os conhecimentos formais elaborados pelos estudiosos e os conhecimentos utilizados pelos profissionais, conforme sua realidade.

### **Educação permanente nas instituições hospitalares**

Para destacar a importância da educação permanente no ambiente hospitalar, torna-se necessário retomar o processo de trabalho da enfermagem executado em tais locais. As instituições hospitalares são sistemas complexos que absorvem grande parte dos profissionais da saúde e também disponibilizam empregos para diversos trabalhadores, que atuam na administração, higienização, manutenção, entre outras áreas. O trabalho, porém, geralmente é executado de forma fragmentada, o que intensifica a lacuna existente entre as ações desenvolvidas pelos profissionais de enfermagem, acarretando a compartimentalização da pessoa a ser cuidada<sup>(14-15)</sup>.

Outro agravante que ainda perdura na prática da saúde é a lógica tecnicista, cuja ênfase está no saber-fazer em detrimento do saber-ser. Neste cenário, a execução do trabalho torna-se uma obrigação, na qual a participação ativa e prazerosa é substituída por uma ação mecanizada<sup>(16)</sup>. Conseqüentemente, os profissionais ingressam no mercado de trabalho de uma sociedade impregnada de déficits de solidariedade e portadora de um espírito amplamente competitivo e de duvidoso valor ético. Cumpre lembrar que os profissionais de enfermagem irão cuidar de uma sociedade que está inserida “num mundo globalizado onde se privatizam os lucros e se socializam as misérias”<sup>(17:84)</sup>.

Por estes motivos, entendemos que a educação permanente pode se constituir no primeiro passo para obtermos a amenização das condições atuais do trabalho nas instituições hospitalares, por meio do distanciamento deste modelo institucional que aliena os profissionais e transforma o trabalho em uma carga pesada e sofrida e de sua substituição por um local promotor de satisfação, desenvolvimento e capacitação pessoal. A adoção da educação permanente poderá contribuir de forma positiva para a modificação das condições de trabalho atualmente enfrentadas pelos profissionais da

saúde, em especial os da enfermagem.

Reforçamos a idéia de que a educação permanente tem por objetivo capacitar e promover a qualidade de vida dos trabalhadores e oferecer uma assistência que atenda às reais necessidades da população, o que torna essencial o desencadeamento de processos de capacitação dos trabalhadores de enfermagem, cujo trabalho é de vital importância para a melhoria da atenção oferecida pelos serviços de saúde<sup>(18)</sup>.

Cabe aqui ressaltar que a política de educação foi criada pelo Ministério da Saúde para ser utilizada nos serviços de saúde em geral, porém sua adesão parece estar mais associada à rede básica de saúde. De acordo com as diretrizes que constituem a Política de Educação Permanente, as instituições hospitalares também são visualizadas como locais propícios à capacitação profissional. Sob esta ótica, deve-se ter claro que a responsabilidade pela formação profissional não recai exclusivamente sobre as unidades de ensino, sendo necessária a participação das instituições onde são desenvolvidas as atividades práticas<sup>(19)</sup>.

Conforme nossa experiência profissional, é possível identificar a presença da educação permanente limitada a treinamentos e cursos, em sua maioria destinados aos trabalhadores de nível técnico, envolvendo pouco os profissionais com formação superior. Esta questão nos incentivou a levantar algumas hipóteses: pode haver resistência destes profissionais a participar das atividades de educação permanente por considerarem-se detentores dos conhecimentos necessários, adquiridos durante a formação acadêmica; o número de enfermeiros em atuação nas diferentes unidades e serviços pode dificultar sua participação em cursos durante o horário de trabalho; os enfermeiros podem desejar atividades de educação permanente que atendam concretamente às dificuldades vivenciadas no local de trabalho ou podem simplesmente considerar desnecessária a educação permanente.

No ambiente hospitalar em que estamos inseridas, percebemos que a educação permanente interage pouco com os componentes do quadrilátero da formação proposto por Ceccim. Constatamos também que a educação voltada para as diretrizes do SUS ainda é pouco difundida nessa instituição hospitalar, sendo necessária sua expansão para que os

profissionais estejam capacitados e preparados para atuar dialogicamente.

Cumpramos destacar que a instituição na qual desenvolvemos nossa atividade profissional recebe muitos estudantes do ensino médio e acadêmicos de diversos cursos relacionados à área da saúde, o que pode contribuir positivamente para a criação de espaços pedagógicos crítico-reflexivos; no entanto alguns profissionais da enfermagem relatam que seus conhecimentos são absorvidos pelos estudantes, mas estes, por sua vez, ao término do estágio não deixam contribuições concretas para o local no qual desenvolveram suas atividades práticas. Esta queixa de alguns profissionais pode indicar a falta de compreensão sobre o que significa uma educação dialógica, na qual a interação entre diferentes sujeitos representa um espaço para ensinar e aprender.

Buscando a amenização desta situação, elaboramos, juntamente com as enfermeiras da Unidade de Terapia Intensiva, um projeto de educação permanente, destinado a promover um debate entre a equipe de saúde e estudantes ali atuantes sobre conhecimentos vinculados ao cotidiano. Desta forma, criamos um painel com o intuito de, quinzenalmente, expor trabalhos contendo assuntos de interesse de todos. Com o desenvolvimento de tal projeto objetivamos sanar as dúvidas, promover um maior crescimento profissional, reduzir o risco de iatrogenia, bem como melhorar a qualidade da assistência oferecida aos pacientes internados na unidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de Educação Permanente é uma estratégia proposta pelo Ministério da Saúde com a finalidade de formar e capacitar profissionais da saúde para atuarem efetivamente com as necessidades populacionais. Diante da situação problemática que se encontra a saúde da população brasileira, é indispensável a criação e adoção de políticas públicas educativas que contribuam positivamente para a promoção da saúde e colaborem para o trabalho em equipe entre professores, alunos, profissionais, gestores e comunidade, com vistas ao bem-estar individual e coletivo.

Assim, acreditamos na necessidade de que as

instituições hospitalares, cenários importantes de prática e formação profissional, adotem políticas que contribuam positivamente para a qualificação cotidiana de seus profissionais.

Salientamos ainda a importância de serem destinados maiores investimentos educacionais para a formação permanente dos profissionais da

saúde, pois estes constituem a essência da instituição e, através de seu trabalho, as organizações poderão prestar uma assistência mais qualificada, minimizando possíveis complicações e iatrogenias e reduzindo assim os dias de internação e os custos hospitalares.

---

## PERMANENT EDUCATION AND ITS INSERTION IN NURSING

### ABSTRACT

In February 2004, according to the Law 198/GM/MS, the Federal Health Department implemented a National Policy for Permanent Education, aiming to provide formation and continuous training to health professionals in order to attend the actual needs of the population, according to the principles of the United System of Health Care. In this study we propose a critical reflection regarding its use in hospital institutions. Permanent education is understood as an educative process which allows a space for thinking and accomplishment at the work, highlighting the fundamental role of health institutions for the permanent development of the workers abilities, contributing for their social well-being. It can also be understood as an action which gives to the individuals greater capacity of interfere in his/her work environment, as a human being who builds and destroys, oriented by political, cultural and moral values. Thus, we believe in the need of creating and implementing public educational policies that contribute positively for the promotion of health, motivating collaborative work among teachers, students, professionals, managers and community, aiming at the well-being of the individual and the group.

**Keywords:** Health Policy. Education. Nursing Continuous Education. Health Facilities.

---

## EDUCACIÓN PERMANENTE Y SU INSERCIÓN EN EL TRABAJO DE LA ENFERMERÍA

### RESUMEN

En febrero de 2004, conforme la Resolución 198/GM/MS, el Ministerio de la Salud implantó la Política Nacional de Educación Permanente, con la finalidad de formar y capacitar profesionales de salud para atender a las reales necesidades poblacionales, conforme los principios del Sistema Único de Salud. En este estudio proponemos una reflexión crítica sobre su utilización en las instituciones hospitalarias. La educación permanente es entendida como un proceso educativo, lo cual posibilita el surgimiento de un espacio para pensar y hacer en el trabajo, destacándose el papel fundamental de las instituciones de salud en el desarrollo permanente de las capacidades de los trabajadores, contribuyendo para el bienestar social. También, puede ser comprendida como una acción que posibilita al individuo mayor capacidad de actuar en el mundo del trabajo, como ser que construye y destruye, nortado por valores políticos, culturales y éticos. Así, creemos en la necesidad de la creación y adopción de políticas públicas educativas que contribuyan positivamente para la promoción de la salud, colaborando para el trabajo en equipo entre profesores, alumnos, profesionales, gestores y comunidad, a favor al bienestar individual y colectivo.

**Palabras clave:** Política de Salud. Educación Continua en Enfermería. Instituciones de Salud.

---

## REFERÊNCIAS

1. Pereira ALF. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. *Cad Saúde Pública*. 2003;19(5):1527-34.
2. Falcón GS, Erdmann AL, Meirelles BHS. A complexidade na educação dos profissionais para o cuidado em saúde. *Texto & Contexto Enferm*. 2006;15(2):345-51.
3. Ricaldoni CAC, Sena RR. Educação permanente: uma ferramenta para pensar e agir no trabalho de enfermagem. *Rev Lat Am Enfermagem*. 2006;14(6):837-42.
4. Mancia JR, Cabral LC, Koerich MS. Educação permanente no contexto da enfermagem e na saúde. *Rev Bras Enferm*. 2004;57(5):605-10.
5. Zabalza M. O ensino universitário: seu cenário e protagonistas. Porto Alegre: Artmed; 2004.
6. Bernstein B. A pedagogia do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cad Pesqui*. 2003;(120):75-110.
7. Ceccim RB. Educação permanente em saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. *Ciênc Saúde Colet*. 2005;10(4):975-86.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria 1996 GM//MS. Política Nacional de Educação Permanente. Brasília (DF); 2007.
9. Ceccim RB, Laura MF. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Rev Saúde Colet*. 2004;14(1):41-65.

10. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria 198 GM//MS. Política Nacional de Educação Permanente. Brasília (DF); 2004.
11. Ceccim RB. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface: Comunic, Saúde, Educ.* 2005;9(16):161-8.
12. Rovere M. Comentários estimulados por la lectura del artículo "Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário". *Interface: Comunic, Saúde, Educ.* 2005;9(16):169-71.
13. Merhy EE. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. *Interface: Comunic, Saúde, Educ.* 2005;9(16):172-4.
14. Leopardi MT. O processo de trabalho em saúde: organização e subjetividade. Florianópolis: Papa-Livros; 1999.
15. Matos E, Pires D. Teorias administrativas e organização do trabalho: de Taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enferm.* 2006;15(3):508-14.
16. Martins JJ, Albuquerque GL. A utilização de tecnologias relacionais como estratégia para humanização do processo de trabalho em saúde. *Ciênc Cuid Saúde.* 2007;6(3):351-6.
17. De Sordi MRL, Bagnato MHS. Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: desafio da virada do século. *Rev Lat Am Enfermagem.* 1998;6(2):83-8.
18. Fergusson MEM. Importância de los modelos conceptuales y teorías de enfermería: experiência de la Facultad de Enfermería de la Universidad de La Sabana. *Revista Aquichan.* 2005;5(1):44-55.
19. Tavares CM. A educação permanente da equipe de enfermagem para o cuidado nos serviços de saúde mental. *Texto & Contexto Enferm.* 2006;15(2):287-95.

---

**Endereço para correspondência:** Simone Coelho Amestoy. Rua Senador Mendonça, 50, apto 202, 96015-200, Centro, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: samestoy@pop.com.br

Recebido em: 16/10/2007

Aprovado em: 10/03/2008